

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES – MCTIC
INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO – INSA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

CAMPINA GRANDE-PB
2018

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES – MCTIC
INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO – INSA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010 e 72/2013; das Resoluções TCU nsº. 234/2010 e 244/2011; das Decisões Normativas TCU nsº. 154/2016 e 156/2016; e Portaria TCU nº. 59/2017.

Unidades Consolidadas: Instituto Nacional do Semiárido – INSA

CAMPINA GRANDE-PB
2018

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ACT	-	Recursos Financeiros Aplicado em Capacitação e Tecnologia
APD	-	Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento.
CGRH	-	Controladoria Geral de Recursos Humanos.
CNA	-	Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil.
CNI	-	Confederação Nacional da Indústria.
CNPq	-	Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
COADM	-	Coordenação de Administração
COPEQ	-	Coordenação de Pesquisa
CT&I	-	Ciência, Tecnologia e Inovação.
CTC	-	Conselho Técnico-Científico.
DAS	-	Direção e Assessoramento Superiores.
ENCTI	-	Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.
ETCO	-	Eventos Técnico-Científicos Organizados.
IBAP	-	Indicadores de Popularização e Formação
IC&T	-	Instituição Científica e Tecnológica.
ICE	-	Índice de Comunicação e Extensão.
ICT	-	Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento.
IDCT	-	Índice de Divulgação Científica e Tecnológica.
IEO	-	Índice de Execução Orçamentária.
IGPUB	-	Índice Geral de Publicações.
IISEP	-	Índice de Inclusão Social – Execução de Programas / Projetos.
IMMP	-	Inovações Metodológicas e Elaboração de Materiais Paradidáticos.
INSA	-	Instituto Nacional do Semiárido.
IPEVN	-	Índice de Propagação de Espécies Vegetais Nativas.
IPTDM	-	Índice de Participação em Teses, Dissertações, Qualificações e Monografias
IRAD	-	Índice de Recuperação de Áreas Degradadas.
ISSN	-	International Standard Serial Number
LOA	-	Lei Orçamentária Anual.
MCTIC	-	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
NBC	-	Normas Brasileiras de Contabilidade.
NBCASP	-	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
OFSS	-	Orçamento Fiscal e de Seguridade Social.
OI	-	Orçamento de Investimento.
PAC	-	Plano de Aceleração do Crescimento.
PcTD	-	Processos e Técnicas Desenvolvidos.
PDU	-	Plano Diretor da Unidade.
PPA	-	Plano Plurianual.
PPACI	-	Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional.
PPACN	-	Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional.
PPBD	-	Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos.
PRB	-	Participação Relativa de Bolsistas.
PRPT	-	Participação Relativa de Pessoal Terceirizado.
PCI	-	Programa de capacitação institucional.
RG	-	Relatório de Gestão
RH	-	Recursos humanos.
RMA	-	Relatório Mensal do Almojarifado
RMB	-	Relatório de Movimentação de Bens

RRP	-	Relação entre Receita Própria e OCC.
SAB	-	Semiárido Brasileiro.
SCI	-	Scientific Electronic Library Online.
SEADM	-	Serviço Administrativo
SIAFI	-	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.
SIASG	-	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais.
SIC	-	Serviço de Informação ao Cidadão.
SIGTEC	-	Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas.
SPOA	-	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.
TCG	-	Termo de Compromisso e Gestão.
TCGI	-	Termo de Compromisso e Gestão Individual.
TCU	-	Tribunal de Contas da União.
UPC	-	Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE QUADROS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, ETC.

Figura 2.4.1	Estrutura Organizacional	10
Quadro 2.4.1	Competências que integram a atual estrutura da unidade	11
Quadro 3.1.1	Programas, ações, objetivos, descrições do PPA 2016-2019 associado às áreas, metas e percentuais de execução do PDU 2016-2019.	15
Quadro 3.3.1.1A	Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	20
Quadro 3.3.1.1B	Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	21
Quadro 3.3.3.1	Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	23
Quadro 3.3.4.1	Despesas por modalidade de contratação	24
Quadro 3.3.4.2	Despesas por grupo e elemento de despesa	25
Quadro 3.4.1	Resumo dos indicadores utilizados no monitoramento da Unidade	33
Quadro 5.1.1.1	Força de Trabalho da UPC	36
Quadro 5.1.1.2	Distribuição da Lotação Efetiva	36
Quadro 5.1.1.3	Detalhamento da Estrutura de Carlos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC	37
Quadro 5.1.2.1	Afastamento por local de trabalho	38
Quadro 5.1.3.1	Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	39
Quadro 5.2.1.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	41
Quadro 5.2.1.2	Investimentos na Estação Experimental	42
Quadro 7.1.1	Tabela de Depreciação e Vida Útil	48
Quadro 8.6.1	Despesas com publicidade	51

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO.....	7
2.	VISÃO GERAL.....	9
2.1	Finalidade e competências	9
2.2	Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade....	9
2.3	Ambiente de atuação	9
2.4	Organograma.....	10
2.5	Macroprocessos finalísticos	11
3.	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	14
3.1	Planejamento organizacional.....	14
3.2	Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultado dos planos	19
3.3	Desempenho orçamentário.....	20
3.3.1	Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	20
3.3.2	Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	22
3.3.3	Restos a pagar de exercícios anteriores	23
3.3.4	Informações sobre a execução das despesas	24
3.4	Apresentação e análise de indicadores de desempenho	27
4.	GOVERNANÇA	34
4.1	Descrição das estruturas de governança.....	34
4.2	Gestão de riscos e controles internos	34
5.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	36
5.1	Gestão de Pessoas.....	36
5.1.1	Estrutura de pessoal da unidade	36
5.1.2	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	37
5.1.3	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	39
5.2	Gestão do Patrimônio e Infraestrutura	41
5.2.1	Gestão do patrimônio imobiliário da União	41
5.3	Gestão da tecnologia da informação	43
6.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	45
6.1	Canais de acesso do cidadão	45
6.2	Carta de Serviços ao Cidadão.....	46
6.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	46
6.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	46
6.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	47
7.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	48
7.1	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	48
7.2	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	50
7.3	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas ...	50
8.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	51
8.1	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	51
8.2	Informações sobre ações de publicidade e propaganda	51

1. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão (RG) do exercício de 2017 está estruturado em 8 itens, a saber:

1. Apresentação;
2. Visão geral;
3. Planejamento Organizacional e Resultados;
4. Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos;
5. Áreas Especiais da Gestão;
6. Relacionamento com a Sociedade;
7. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis; e
8. Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de controle.

Alguns itens/subitens constantes na DN TCU nº 154/2016 e Portaria TCU nº 59/2017 não se aplicam à natureza jurídica do INSA e foram suprimidos do corpo do RG. Outros, porém, apesar de se aplicarem, não tiveram ocorrências no exercício 2017 e foram também suprimidos. A seguir apresenta-se um resumo dos subitens que não se aplicam e/ou que não tiveram ocorrência no período.

Item/Subitem que não se aplicam ou não tiveram ocorrência no período	Justificativa
Quadro Ações não Previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar não Processados – OFSS – constante no item 3.1.1	Não houve ocorrência
Quadro Ações - Orçamento de Investimento – OI	Não se aplica
Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	Não houve ocorrência
Execução descentralizada com transferência de recursos	Não houve ocorrência
Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	Não houve ocorrência
Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	Não houve ocorrência
Demonstrativo das despesas com pessoal	Não se aplica. Unidade responsável MCTIC.
Informações sobre imóveis locados de terceiros	Não houve ocorrência
Tratamento de determinações e recomendações do TCU	Não houve ocorrência
Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	Não houve ocorrência
Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	Não houve ocorrência
Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	Não houve ocorrência

As ações do INSA no exercício 2017 concentraram-se na continuação da implantação da infraestrutura técnico-científica na Estação Experimental Prof. Ignacio Hernan Salcedo; execução de pesquisas, nas áreas de desertificação, sistemas de

produção, biodiversidade e recursos hídricos; realizações de ações de formação e difusão do conhecimento.

Na área de desertificação as ações focaram na geração de informações sistematizadas mediante ampliação e consolidação da base técnico-científica de pesquisa, inovação tecnológica e monitoramento dos processos de desertificação e recuperação de áreas degradadas, que contribuam para subsidiar políticas públicas e estratégias de conservação e uso racional dos recursos naturais da região semiárida.

Quanto ao tema sistemas de produção as ações buscaram promover a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para a geração de conhecimento, voltado ao fortalecimento das atividades agropecuárias do Semiárido brasileiro, com vistas à competitividade e a sustentabilidade ambiental.

No tema biodiversidade foram desenvolvidas ações visando expandir o conhecimento científico dos ecossistemas do Semiárido brasileiro e da biodiversidade associada, apoiando o desenvolvimento tecnológico e a inovação para proteção ambiental e a agregação de valor aos bens e serviços provenientes desse recurso natural.

Já na área de recursos hídricos buscou-se ampliar a capacidade de resposta do Semiárido Brasileiro a vulnerabilidade hídrica, através da pesquisa e desenvolvimento tecnológico, quanto ao aproveitamento de águas de chuvas, salinas e residuárias visando atendimento às atividades urbana, agrícola e industrial.

Cabe destacar que apesar dos cortes realizados pelo Governo Federal durante o exercício 2017, as pesquisas que estavam em andamento não tiveram interrupções, mas foram prejudicadas as pesquisas que seriam realizadas.

Contudo, as principais dificuldades da unidade em cumprir adequadamente o seu papel institucional são: restrição orçamentaria é o quadro de pessoal insuficiente. Outra dificuldade que se avizinha são o aumento dos custos operacionais da unidade e as restrições orçamentárias impostas para os próximos anos.

2. VISÃO GERAL

2.1 Finalidade e competências

O Instituto Nacional do Semiárido (INSA), com sede na cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, é uma unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). O INSA como Instituição Científica e Tecnológica (IC&T) tem por finalidade, a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e a integração dos polos sócio-econômicos e ecossistemas estratégicos da região do Semiárido Brasileiro (SAB), bem como realizar, executar e divulgar estudos e pesquisas na área de desenvolvimento científico e tecnológico para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável da região Semiárida.

2.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade

NORMAS DE CRIAÇÃO E ALTERAÇÃO: Lei nº 10.860, de 14 de Abril de 2004; Decreto nº. 5.886, de 06 de setembro de 2006 e Decreto nº 8.877, de 18 de Outubro de 2016.

OUTRAS NORMAS RELACIONADAS À GESTÃO E ESTRUTURA DA UNIDADE: Portaria nº. 896, de 30 de novembro de 2006 e Portaria nº 5.150, de 14 de Novembro de 2016.

PUBLICAÇÕES RELACIONADAS ÀS ATIVIDADES DA UNIDADE: Plano Diretor da Unidade 2016 - 2019 e Termo de Compromisso de Gestão 2017.

2.3 Ambiente de atuação

O INSA como Instituição Científica e Tecnológica (IC&T) atua no desenvolvimento de pesquisas, formação de recursos humanos, popularização do conhecimento, bem como articulando ações que contribua para o desenvolvimento sócio, econômico e ambiental do Semiárido brasileiro.

Os objetivos estratégicos do INSA estão consolidados no Plano Diretor da Unidade (PDU) para o período 2016 a 2019, tendo como principais áreas de atuação:

1. **PESQUISA** - contempla as áreas de Combate à desertificação, recuperação e manejo de áreas degradadas; Sistemas de produção no Semiárido brasileiro; Biodiversidade e sustentabilidade dos ecossistemas no Semiárido brasileiro e Recursos hídricos para o Semiárido.
2. **FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS** - Promover a formação, capacitação e fixação de pessoas para contribuir com desenvolvimento humano dos povos do Semiárido brasileiro.
3. **POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO** - Gerar melhoria no acesso à informação e apropriação social do conhecimento pelos povos do Semiárido brasileiro.
4. **FORTALECIMENTO DA INFRAESTRUTURA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA** - ampliar e consolidar a infraestrutura física de

pesquisa, desenvolvimento científico e de inovação em caráter multiusuário.

2.4 Organograma

O Instituto Nacional do Semiárido (INSA) é dirigido por um Diretor e conta com um órgão colegiado (Conselho Técnico-Científico - CTC) com a função de orientar e assessorar o Diretor no planejamento das atividades científicas e tecnológicas.

O CTC conta com 10 (dez) membros, todos nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e tem a seguinte composição:

I - Diretor do INSA, que o presidirá;

II - dois membros, de nível superior, do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia;

III - um representante das Federações de Agricultura e Pecuária dos Estados do Nordeste, indicado pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

IV - um representante das Federações das Indústrias dos Estados do Nordeste, indicado pela Confederação Nacional da Indústria - CNI;

V - dois membros representantes da comunidade científica e tecnológica atuantes em áreas afins e externos ao quadro de pessoal do INSA;

VI - um representante dos Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa das Universidades localizadas nos Estados do Nordeste;

VII - um representante dos Secretários de Estado de Ciência e Tecnologia do Nordeste;

VIII - um representante da sociedade civil organizada com atuação nas áreas afins do INSA com abrangência no Semiárido Brasileiro.

Ainda em sua estrutura organizacional a Unidade conta com uma:

I - Coordenação de Pesquisa (COPEQ)

II - Coordenação de Administração (COADM)

III - Serviço Administrativo (SEADM)

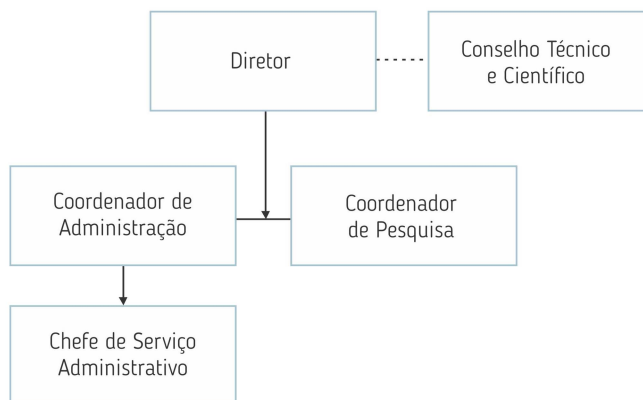


Figura 2.4.1 Estrutura Organizacional.

As informações referentes às competências que integram a atual estrutura da unidade estão registradas no Quadro 2.4.1.

Quadro 2.4.1 – Competências que integram a atual estrutura da unidade

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (publicação DOU)
Direção	Planejar, coordenar, dirigir e supervisionar as atividades fins e meio do INSA.	Salomão de Sousa Medeiros (CPF nº 918.5892.044-49) salomao.medeiros@insa.gov.br	Diretor (DAS 101.5)	A partir de 04/11/2015
Coordenação de Pesquisa	Coordenar as atividades fins do INSA, que correspondem às áreas de pesquisas, formação, gestão da informação e popularização do conhecimento.	Ricardo da Cunha Correia Lima (CPF nº 284.785.924-15) ricardo.lima@insa.gov.br	Coordenador de pesquisa (DAS 101.3)	A partir de 18/12/2017
Coordenação de administração	Coordenar as atividades meio do INSA, que correspondem às áreas de planejamento, licitação, orçamento, organização, gestão de pessoas, logística, suporte à informática, documentação e arquivo, administração financeira e contábil.	Everaldo Gomes da Silva (CPF nº 491.460.504-00) everaldo.silva@insa.gov.br	Coordenador de administração (DAS 101.3)	A partir de 12/12/2016
Serviço Administrativo	competente auxiliar a Coordenação de Administração na supervisão e execução das atividades relacionadas ao planejamento, licitação, orçamento, organização, gestão de pessoas, logística, suporte à informática, documentação e arquivo, administração financeira e contábil.	Inesca Cristina Malaquias Pereira (CPF nº 049.433.154-29) inesca.pereira@insa.gov.br	Chefe de Serviço Administrativo (FCPE 101.1)	A partir de 14/11/2016

2.5 Macroprocessos finalísticos

O INSA fundamentou todo o planejamento de suas ações na Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia (ENCTI) 2016-2019 e no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 do Governo Federal. A partir destes instrumentos norteadores o INSA consolidou seus objetivos e metas no Plano Diretor da Unidade (PDU) para o período 2016-2019, de forma que todo o seu esforço institucional aponte caminhos, e forneça subsídios para a formulação de políticas públicas de convivência sustentável com o Semiárido Brasileiro aos seus quase 24 milhões de habitantes.

Neste contexto, foram definidos como macroprocessos finalísticos: 1) a Execução de Pesquisa Científica, 2) Formação e Capacitação de Pessoas e 3) a Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EXECUÇÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA

Esse macroprocesso finalístico refere-se à essência da Unidade e envolve quatro áreas: 1) Combate a desertificação, recuperação e manejo de áreas degradadas; 2) Sistemas de produção no Semiárido brasileiro; 3) Biodiversidade e sustentabilidade dos ecossistemas no Semiárido brasileiro e 4) Recursos hídricos para o Semiárido.

Combate a desertificação, recuperação e manejo de áreas degradadas

O principal objetivo dessa área é gerar informações sistematizadas mediante ampliação e consolidação da base técnico-científica de pesquisa, inovação tecnológica e monitoramento dos processos de desertificação e recuperação de áreas degradadas, que contribuam para subsidiar políticas públicas e estratégias de conservação e uso racional dos recursos naturais da região semiárida. As ações desenvolvidas no período 2016-2019 envolve o mapeamento e monitoramento sistêmico dos processos de desertificação no Semiárido brasileiro, através de técnicas de geoprocessamento associados a verdade terrestre e informações de ordem econômica, social e ambiental, além de estudos dos fatores de degradação e de uso e ocupação do solo.

Sistemas de produção no Semiárido brasileiro

O objetivo geral da área é a promoção da pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para a geração de conhecimento, voltado ao fortalecimento das atividades agropecuárias do Semiárido brasileiro, com vistas à competitividade e a sustentabilidade ambiental. As ações desenvolvidas para o quadrimestre 2016-2019 estão direcionadas à expansão do conhecimento científico e tecnológico sobre os sistemas de produção de espécies vegetais do Semiárido brasileiro, bem como ampliar o conhecimento científico e tecnológico dos sistemas produtivos de espécies animais.

Biodiversidade e sustentabilidade dos ecossistemas no Semiárido brasileiro

O objetivo é expandir o conhecimento científico dos ecossistemas do Semiárido brasileiro e da biodiversidade associada, apoiando o desenvolvimento tecnológico e a inovação para proteção ambiental e a agregação de valor aos bens e serviços provenientes desse recurso natural. As ações estão direcionadas as pesquisas voltadas ao conhecimento e melhoramento de espécies vegetais do Semiárido brasileiro, de forma a promover sua preservação e conservação, além da promoção da preservação e conservação de espécies animais adaptados as condições de Semiáridéz.

Recursos hídricos para o Semiárido

Essa área tem como objetivo ampliar a capacidade de resposta do Semiárido brasileiro à vulnerabilidade hídrica, mediante a pesquisa e desenvolvimento tecnológico, voltados ao aproveitamento de águas de chuvas, salinas e residuárias para o atendimento às atividades urbanas, agrícolas e industriais. As ações empreendidas no exercício visam o desenvolvimento de projetos de pesquisas, voltados ao aproveitamento de águas de chuvas, salinas e residuárias para o atendimento a múltiplos usos.

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAS

O macroprocesso finalístico tem por objetivo promover a formação, capacitação e fixação de pessoas para contribuir com desenvolvimento humano dos povos do Semiárido brasileiro. As ações desenvolvidas para o quadrimestre 2016-2019 estão em estimular, apoiar e realizar, em parceria com as instituições de ensino, pesquisa e extensão que atuam no Semiárido Brasileiro, ações de formação e capacitação de pessoal por meio dos programas de pós-graduação, graduação, cursos técnicos e de extensão, além da realização de atividades social, técnicas e educativas.

POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Esse macroprocesso tem a finalidade de promover melhoria no acesso à informação e apropriação social do conhecimento pelos povos do Semiárido brasileiro. As ações desenvolvidas envolve a promoção de melhorias do acesso e da difusão da informação (econômica, social e ambiental), em parceria com instituições de C,T&I que atuam no Semiárido, nas áreas de recursos hídricos, biodiversidade, sistema de produção e desertificação.

Convém destacar que todos os macroprocesso finalístico elencados foram e/ou serão conduzidos em parcerias com instituições de ensino, pesquisa e extensão que atuam direta ou indiretamente no Semiárido Brasileiro, além da participação de organizações sociais e órgãos da administração pública federal.

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento organizacional

Missão do INSA

Viabilizar soluções interinstitucionais para a realização de ações de pesquisa, formação, difusão e formulação de políticas para a convivência sustentável do Semiárido brasileiro, a partir das potencialidades socioeconômicas e ambientais da região.

Visão de Futuro

Ser um instituto de referência até 2030, por meio de ações de articulação e de execução participativa de estudos e pesquisas, que sejam relevantes para a construção de um semiárido social, econômico e ambientalmente sustentável, valorizando suas potencialidades e a sua contribuição para o desenvolvimento do País, fundados nos princípios democráticos, equidade social, da probidade e excelência na gestão administrativa pública.

No cumprimento da sua missão institucional e, partindo da situação atual na direção da visão de futuro, o INSA adotou na construção do seu planejamento estratégico para o período 2016-2019, materializado em seu PDU os mesmos programas e objetivos adotados no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 do Governo Federal adaptado à realidade e as necessidades do Semiárido do Brasil, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 3.1.1 – Programas, ações, objetivos, descrições do PPA 2016-2019 associado às áreas, metas e percentuais de execução do PDU 2016-2019.

PROGRAMA AÇÃO	OBJETIVO DESCRIÇÃO	ÁREAS	Nº DA META	% EXECUTADO EM 2017
PPA 2016-2019		PDU 2016-2019		
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação 20UJ - Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional do Semiárido (INSA)	0403 - Disponibilizar pesquisas, produtos e serviços para a sociedade por meio das unidades de pesquisa do MCTI. Realização de pesquisa colaborativa, formação e difusão de conhecimento, em especial nas áreas de recursos hídricos, sistemas de produção, biodiversidade e desertificação objetivando o desenvolvimento social, econômico e ambiental da região semiárida; além da implantação da infraestrutura científica, tecnológica e de inovação do INSA.	Combate à desertificação, recuperação e manejo de áreas degradadas. Objetivo: Gerar informações sistematizadas mediante ampliação e consolidação da base técnico-científica de pesquisa, inovação tecnológica e monitoramento dos processos de desertificação e recuperação de áreas degradadas, que contribuam para subsidiar políticas públicas e estratégias de conservação e uso racional dos recursos naturais da região semiárida.	Meta 1: Realizar até 2019, o mapeamento e monitoramento sistêmico dos processos de desertificação no Semiárido brasileiro, através de técnicas de geoprocessamento associados a verdade terrestre e informações de ordem econômica, social e ambiental, além de estudos dos fatores de degradação e de uso e ocupação do solo.	25
		Sistemas de produção no Semiárido brasileiro. Objetivo: Promover a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para a geração de conhecimento, voltado ao fortalecimento das atividades agropecuárias do Semiárido brasileiro, com vistas à competitividade e a sustentabilidade ambiental.	Meta 2: Executar até 2019, um projeto de pesquisa voltado à expansão do conhecimento científico e tecnológico sobre os sistemas de produção de espécies vegetais do Semiárido brasileiro.	30

			Meta 3: Implantar até 2019, um projeto de pesquisa com vistas a ampliar o conhecimento científico e tecnológico dos sistemas produtivos de espécies animais que predominam no Semiárido brasileiro.	25
		Biodiversidade e sustentabilidade dos ecossistemas no Semiárido brasileiro. Objetivo: Expandir o conhecimento científico dos ecossistemas do Semiárido brasileiro e da biodiversidade associada, apoiando o desenvolvimento tecnológico e a inovação para proteção ambiental e a agregação de valor aos bens e serviços provenientes desse recurso natural.	Meta 4: Executar até 2019, um projeto de pesquisa voltado ao conhecimento e melhoramento de espécies vegetais do Semiárido brasileiro, de forma a promover sua preservação e conservação.	25
			Meta 5: Realizar até 2019, pesquisas voltadas à promoção da preservação e conservação de espécies animais adaptados as condições de Semiáridéz.	25
		Recursos hídricos para o Semiárido. Objetivo: Ampliar a capacidade de resposta do Semiárido brasileiro à vulnerabilidade hídrica, mediante a pesquisa e desenvolvimento tecnológico, voltados ao aproveitamento de águas de chuvas, salinas e residuárias para o atendimento às atividades urbanas,	Meta 6: Implantar até 2019, projetos de pesquisas referência, voltados ao aproveitamento de águas de chuvas, salinas e residuárias para o atendimento às atividades urbanas, agrícolas e industriais.	30

		agrícolas e industriais.		
		Formação e capacitação de pessoas. Objetivo: Promover a formação, capacitação e fixação de pessoas para contribuir com desenvolvimento humano dos povos do Semiárido brasileiro.	Meta 7: Estimular, apoiar e realizar até 2019, em parceria com as instituições de ensino, pesquisa e extensão que atuam no Semiárido Brasileiro, ações de formação e capacitação de pessoal por meio dos programas de pós-graduação, graduação, cursos técnicos e de extensão, além da realização de atividades social, técnicas e educativas.	25
		Gestão da informação e popularização do conhecimento. Objetivo: Promover melhoria no acesso à informação e apropriação social do conhecimento pelos povos do Semiárido brasileiro.	Meta 8: Promover até 2019, em parceria com instituições de C,T&I que atuam no Semiárido ações para melhoria do acesso e a difusão da informação (econômica, social e ambiental), concatenada com a popularização do conhecimento nas áreas de recursos hídricos, biodiversidade, sistema de produção e desertificação.	30
		Conferência Nacional do Semiárido Brasileiro. Objetivo: Discutir o papel da C,T&I no desenvolvimento e superação dos desafios do Semiárido brasileiro.	Meta 9: Criar e realizar até 2019, a Conferência Nacional do Semiárido brasileiro e implantação do Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação do Semiárido Brasileiro.	0
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação 154K - Construção da Infraestrutura do Instituto Nacional do Semiárido	0403 - Disponibilizar pesquisas, produtos e serviços para a sociedade por meio das unidades de pesquisa do	Infraestrutura Científica e Tecnológica do INSA. Objetivo: Ampliar e consolidar a	Meta 10: Concluir até 2019, os projetos de infraestrutura física e laboratorial existente, além de desenvolvimento de projetos	30

(INSA).	MCTI. Construção das instalações físicas da Infraestrutura do Instituto Nacional do Semi-Árido - INSA, no Campus de sua Sede, em terreno próprio com 100 hectares e no Campus da Estação Experimental, em terreno próprio com 642,05 hectares, adequando-as para o desenvolvimento de pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação, atendendo a todo o Semiárido Brasileiro.	infraestrutura física de pesquisa, desenvolvimento científico e de inovação do INSA em caráter multiusuário.	estruturais destinados a manter a autonomia de água e energia elétrica nas dependências do INSA.	
		Laboratórios Multiusuários do INSA. Objetivo: Compartilhar a infraestrutura laboratorial do INSA visando o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas para o Semiárido Brasileiro, permitindo assim o intercâmbio e a integração entre usuários.	Meta 11: Elaborar até 2017, um Plano de gestão e compartilhamento de uso dos laboratórios.	25
			Meta 12: Operar até 2017, a infraestrutura laboratorial multiusuário.	10
			Meta 13: Disponibilizar até 2019, serviços técnicos especializados através da infraestrutura laboratorial a sociedade.	0

3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultado dos planos

No que tange o monitoramento da execução das metas elencadas no Quadro 3.1.1, o MCTIC tem como principal instrumento o Termo de Compromisso de Gestão (TCG). Este instrumento é celebrado anualmente entre o MCTIC e a Unidade com vistas a estabelecer, formalmente, metas de desempenho a serem alcançadas durante o exercício.

3.3 Desempenho orçamentário

3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro 3.3.1.1A - Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		20UJ		Tipo: Atividade		
Título		Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional do Semiárido - INSA				
Iniciativa						
Objetivo		Disponibilizar pesquisas, produtos e serviços para a sociedade por meio das unidades de pesquisa do MCTI. Código:				
Programa		Ciência, Tecnologia e Inovação		Código: 2021		Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária		24101 – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.571.498,00	930.374,00	742.534,84	539.249,86	539.249,86	0,00	203.284,98
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Realização de pesquisa colaborativa, formação e difusão de conhecimento, em especial nas áreas de recursos hídricos, sistemas de produção, biodiversidade e desertificação objetivando o desenvolvimento social, econômico e ambiental da região semiárida; além da implantação da infraestrutura científica, tecnológica e de inovação do INSA.		Und.	3		3	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro de 2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
416.654,24	110.063,51	288.828,12				

Fonte: Siafi, SIOP e Tesouro Gerencial

Quadro 3.3.1.1B - Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		154K Tipo: 0001 - Nacional				
Título		Construção da Infraestrutura do INSA				
Iniciativa						
Objetivo		Disponibilizar pesquisas, produtos e serviços para a sociedade por meio das unidades de pesquisa do MCTI. Código:				
Programa		Ciência, Tecnologia e Inovação Código: 2021			Tipo: Projeto	
Unidade Orçamentária		24101 – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.500.000,00	1.142.389,00	1.142.217,80	1.142.217,80	1.142.217,80	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Construção das instalações físicas da Infraestrutura do Instituto Nacional do Semi-Árido - INSA, no Campus de sua Sede, em terreno próprio com 100 hectares e no Campus da Estação Experimental, em terreno próprio com 642,05 hectares, adequando-as para o desenvolvimento de pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação, atendendo a todo o Semiárido Brasileiro.		%	3		3	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro de 2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.112.885,00	2.112.885,00	0,00				

Fonte: Siafi, SIOP e Tesouro Gerencial.

Análise Situacional

O Instituto Nacional do Semiárido (INSA) tem responsabilidade integral na execução de duas ações. A primeira delas é a ação 20UJ, que trata do desenvolvimento das pesquisas, e a segunda a 154K que trata da construção da infraestrutura do Instituto. Repetindo-se o que aconteceu em exercícios anteriores, a unidade, sofreu cortes orçamentários significativos. No exercício de 2017 a ação 20UJ, que tinha uma dotação inicial na LOA de R\$ 1.571.498,00 (um milhão, quinhentos e setenta e um mil, quatrocentos e noventa e oito reais), sofreu um corte de aproximadamente 41%, o que resultou num valor de R\$ 930.374,00 (novecentos e trinta mil, trezentos e setenta e quatro reais) como limite de empenho. Mesmo com o corte sofrido, foi possível dividir os valores entre as áreas de atuação do INSA, fazendo com que as metas previstas não fossem impactadas a ponto de paralisação.

A ação 154K também foi alvo de corte orçamentário, sua previsão na LOA era de R\$ 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil reais), após um corte de aproximadamente 24%, resultou em um limite de empenho de R\$ 1.142.389,00 (Hum milhão, cento e quarenta e dois mil, trezentos e oitenta e nove reais). O valor dessa ação foi integralmente utilizado, em 2016 e 2017, para a construção de uma nova via de acesso à Estação Experimental do INSA. Com a construção desse novo pavimento asfáltico, o deslocamento, que antes era feito por dentro da zona rural com difícil acesso, entre a Sede do INSA e a Estação Experimental ficou mais célere. O processo licitatório teve início em 2016, o que fez com que um valor significativo de Restos a Pagar fosse registrado no citado ano, sendo que esse valor foi totalmente liquidado em 2017, assim como o valor restante da obra que utilizou o limite de empenho do exercício de 2017.

Destacamos que a reduzida força de trabalho tem impactado de forma negativa na execução financeira da Unidade.

3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Em 2017 fatores como cortes, definição de limites de despesa, contingenciamento e o número reduzido de servidores (área meio e fim) na Unidade afetaram o desempenho orçamentário do INSA.

A LOA do exercício de 2017 previsto para unidade um orçamento de R\$ 7.013.580,00 (sete milhões, treze mil, quinhentos e oitenta reais). No entanto, após o corte orçamentário de quase 29% o limite de empenho foi de R\$ 4.998.958,00 (quatro milhões, novecentos e noventa e oito mil, novecentos e cinquenta e oito reais).

No que tange o quadro de servidores, o Instituto opera em condições críticas e não havendo perspectivas para a realização de novos concursos para suprir essa necessidade.

3.3.3 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 3.3.3.1 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016 (d) = (a-b-c)	
2016	666,00	666,00	0,00	0,00	
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	
2014	0,00	0,00	0,00	0,00	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano X (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano X (i) = (e-g-h)
2016	2.772.989,38	2.441.860,88	2.441.860,88	313.125,89	18.002,61
2015	10.170,77	0,00	0,00	10.170,77	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial.

Análise Crítica

No início de 2017, a Unidade apresentava um Restos a Pagar elevado. Grande parte desse valor, cerca de R\$ 2.112.885,00 (dois milhões, cento e doze mil, oitocentos e oitenta e cinco reais) era referente à obra de pavimentação asfáltica de via de acesso a Estação Experimental do INSA, que foi licitada no final de 2016, o que prejudicou a execução orçamentária. Todavia, com o transcorrer do exercício foi realizado um esforço para execução, que ao final do ano restou apenas R\$ 18.002,61 (dezoito mil e dois reais e sessenta e um centavos). Esse valor refere-se basicamente a duas importações que o INSA mantém em andamento junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

3.3.4 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 3.3.4.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	3.989.180,14	83,32	4.294.700,77	79,05	3.552.694,50	83,58	1.900.578,85	71,47
a) Convite	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
b) Tomada de Preços	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
c) Concorrência	1.142.217,80	23,85	2.112.885,00	38,89	1.142.217,80	26,87	0,00	0,0
d) Pregão	2.846.962,34	59,47	2.181.815,77	40,16	2.410.476,70	56,71	1.900.578,85	71,47
e) Concurso	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
f) Consulta	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
2. Contratações Diretas (h+i)	682.303,08	14,25	1.030.002,39	18,95	585.845,11	13,78	652.206,93	24,52
h) Dispensa	523.154,07	10,92	840.725,42	15,47	437.071,84	10,28	490.155,56	18,43
i) Inexigibilidade	159.149,01	3,33	189.276,97	3,48	148.773,27	3,50	162.051,37	6,09
3. Regime de Execução Especial	19.483,21	0,40	15.619,19	0,29	19.483,21	0,45	15.619,19	0,59
j) Suprimento de Fundos	19.483,21	0,40	15.619,19	0,29	19.483,21	0,45	15.619,10	0,59
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	13.374,91	0,28	9.487,74	0,17	13.374,91	0,31	9.487,74	0,36
k) Pagamento em Folha	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,00	0,00	0,0
l) Diárias	13.374,91	0,28	9.487,74	0,17	13.374,91	0,31	9.487,74	0,36
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	4.704.341,34	98,25	5.349.810,09	98,46	4.171.397,73	98,12	2.577.892,71	96,94
6. Total das Despesas da UPC	4.787.644,23	100	5.432.948,23	100	4.250.589,06	100	2.659.292,85	100

Fonte: Siafi e Tesouro Gerencial.

Quadro 3.3.4.2 - Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nome do elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida								
Nome do elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
37 – Locação de Mão de Obra	2.013.224,11	1.684.456,75	1.946.720,77	1.582.111,42	66.503,34	102.345,33	1.946.720,77	1.582.111,42
39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ	568.063,60	472.158,84	378.050,19	347.338,99	190.043,41	124.819,85	378.020,19	346.672,99
30 – Material de Consumo	485.126,68	210.581,73	303.118,52	110.436,43	182.008,16	100.145,30	303.118,52	110.436,43
Demais elementos do grupo	306.615,11	346.107,39	296.561,15	333.712,64	10.053,96	12.394,75	296.561,15	333.712,64
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos								
51 – Obras e Instalações	1.142.217,80	2.112.885,00	1.142.217,80	0,00	0,00	2.112.885,00	1.142.217,80	0,00
52 – Equipamentos e Material Permanente	272.396,93	606.758,52	183.950,63	286.359,37	88.446,30	320.399,15	183.950,63	286.359,37
5. Inversões Financeiras								
Nome do elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
Nome do elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi e Tesouro Gerencial.

Análise crítica da realização da despesa

No comparativo entre os exercícios de 2017 e 2016, observa-se uma redução na despesa executada devidos aos cortes estabelecidos pelo Governo Federal. Durante os dois exercícios (2017 e 2016) a prática da modalidade de licitação concorrência e pregão predominaram, atingindo percentuais superiores a 79%, seguida das contratações diretas por dispensa e inexigibilidade que oscilaram entre 14,25 a 18,95%. A modalidade dispensa e inexigibilidade são executadas nos seguintes casos: despesas de pequeno valor, serviços essenciais de fornecimento de energia elétrica, serviços com inviabilidade de competição, a partir de inexigibilidade, e a utilização do inciso XXI da Lei 8.666/93, que autoriza a contratação direta, via dispensa de licitação, para a aquisição de produtos para pesquisa e desenvolvimento.

Quanto ao total das despesas pagas em relação aos totais executadas observa-se um equilíbrio entre ambas, nos dois exercícios analisados.

Quanto à análise dos grupos e elementos de despesa, fica evidenciada a concentração de gastos, em relação às despesas correntes, na locação de mão de obra, que engloba contratos de prestação de serviço de apoio operacional e administrativo e vigilância armada, serviços que são essenciais para a manutenção e funcionamento da Unidade.

As despesas de capital ficaram restritas a dois grupos: Obras e instalações e Equipamentos e Material Permanente. O primeiro refere à pavimentação asfáltica da via de acesso à estação experimental, e o segundo a compra de equipamentos laboratoriais, eletrodomésticos para equipar as cozinhas de apoio, aquisição de computadores, compra um servidor de aplicação para a área de TI.

Em geral, ao compararmos os dois exercícios objeto de análise nos dois quadros, não houve mudanças significativas, demonstrando uma continuidade nos serviços prestados, nas compras realizadas e na execução da despesa, cabe apenas reforçar que houve uma queda na execução da despesa de 2016 para 2017, decorrente principalmente da restrição orçamentária sofrida em 2017, mas apesar disso, houve um incremento nos valores de despesas pagas em 2017, diminuindo a inscrição de recursos na conta de Restos a Pagar.

3.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O instrumento utilizado pelo INSA para o monitoramento e avaliação do modelo de governança é através do Termo de Compromisso e Gestão Individual (TCGI), em que o pesquisador quantificava e formalizava perante a Direção qual(is) meta(s) seriam de sua responsabilidade no exercício. O instrumento adotado além de possui um conjunto de indicadores que permite avaliar a execução física e financeira da(s) meta(s), qualifica através de vários indicadores o desempenho individual dos entes envolvidos, possibilitando ao Gestor adotar estratégias ao cumprimento da(s) meta(s). Com os TCGI consolidados de todos os pesquisadores e as diretrizes operacionais da Unidade a Direção do INSA anualmente firma com o MCTIC o Termo de Compromisso e Gestão (TCG) da unidade, que por sua vez, possui o mesmo conjunto de indicadores do TCGI.

Físicos e Operacionais

01. IGPUB - Índice Geral de Publicações

$$\text{IGPUB} = \text{NGPB} / \text{TNSE}_{\text{pesqm}}$$

Unidade: Número de publicações por técnico (02 casas decimais)

NGPB = (Nº. de artigos publicados em periódico com ISSN indexado no SCI ou em outro banco de dados) + (Nº. de artigos publicados em revista de divulgação científica nacional ou internacional) + (Nº. de artigos completos publicados em congresso nacional ou internacional) + (Nº. de capítulo de livros), no ano.

TNSE_{pesqm} = \sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas com, no mínimo, nível de mestrado), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTIC completados ou a completar na vigência do TCG.

Obs: Considerar somente as publicações e textos efetivamente publicados no período. Resumos expandidos não devem ser incluídos.

02. PPACI - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional

$$\text{PPACI} = \text{NPPACI}$$

Unidade: Número, sem casa decimal

NPPACI = Nº. de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições internacionais, no ano. Apresentar lista com o nome das instituições.

Obs: Considerar apenas os Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições internacionais, ou seja, que estejam em desenvolvimento efetivo. Como documento institucional / formal entendem-se, também, cartas, memorandos e similares assinados e acolhidos pelos dirigentes da instituição internacional.

03. PPACN - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional

PPACN = NPPACN

Unidade: Número, sem casa decimal

NPPACN = N°. de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, no ano. Apresentar lista com o nome das instituições.

Obs: *Idem ao PPACI*

04. PPBD – Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos

PPBD = PROJ / TNSEpesq

Unidade: Número, com 2 casas decimais

PROJ = N°. total de projetos desenvolvidos no ano

TNSEpesq = \sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTIC completados ou a completar na vigência do TCG.

Obs: *Em projetos de longa duração ou linhas de pesquisa, devem ser computadas, para efeito de cálculo, as etapas previstas/realizadas de execução nesta pactuação, as quais serão listadas quando da apresentação do Relatório Anual do TCG.*

05. ETCO – Eventos Técnico-Científicos Organizados

ETCO = $(NC \times 3) + (NCS \times P) / NTE$

Unidade: Número, com 2 casas decimais

P = Peso (até 20 horas = 1; de 20-40 horas = 2; mais de 40 horas = 3)

NC = N°. de Congressos x P

NCS = N°. de Cursos, Seminários Simpósios x P

NTE = Número total de eventos

06. PcTD – Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos

PcTD = NPTD / TNSEpesqm

Unidade: N°. de processos e técnicas por técnico, com duas casas decimais.

NPTD = N°. total de processos, protótipos, softwares e técnicas desenvolvidos no ano, medidos pelo n° de relatórios finais produzidos.

TNSEpesqm = \sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas com, no mínimo, nível de mestrado), com doze

ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTIC completados ou a completar na vigência do TCG.

Obs: *Os técnicos deverão ser listados, em anexo, com seus respectivos cargos/funções. Exclui-se, neste indicador, o estágio de homologação do processo, protótipo, software ou técnica que, em algumas UPs, se segue à conclusão do trabalho. Tal estágio poderá, eventualmente, constituir-se em indicador específico da UP.*

07. ICE - Índice de Comunicação, Divulgação e Atendimento ao Público

$$\text{ICE} = (\text{NPA} + \text{NMP} + \text{NRP} + \text{NPR} + \text{NCM} + \text{NME} + \text{NRS}) / \text{TNSE}_{\text{com}}$$

Unidade: Número de serviços por técnico

NPA = Número de prestação de apoio à organização de eventos técnico-científicos e de formação realizados pelo Insa ou entidades parceiras.

NMP = Número de matérias produzidas e publicadas nos sites institucionais.

NRP = Número de reportagens produzidas e publicadas em boletins informativos e revistas institucionais.

NPR = Número de publicações em redes sociais.

NCM = Número de diagramações de material gráfico e editoração eletrônica de publicações.

NME = Número de matérias divulgadas em emissoras de TV, rádios, jornais impressos e portais de notícias relacionadas ao Insa.

NRS = Número de respostas a solicitações por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (Sic) e da Ouvidoria do Insa.

TNSE_{com} = \sum de servidores, bolsistas e estagiários vinculados diretamente à Comunicação e Extensão.

08. IDCT - Índice de Divulgação, Popularização e Formação Científica e Tecnológica

$$\text{IDCT} = \text{NDCT} / \text{TNSE}_{\text{pop}}$$

Unidade: Número, com 2 casas decimais.

NDCT = N° de apresentações de trabalhos em eventos técnico-científicos (P = 1), entrevistas, textos de cunho científico para a imprensa escrita, programas de rádio e TV (P = 2), palestras, mesas redondas, cursos e minicursos, oficinas, treinamentos, workshops, intercâmbios, dias de campo, demonstrações técnico-científicas, exposições permanentes e itinerantes, eventos e feiras científicas e tecnológicas (P = 3).

$TNSE_{pop}$ = Técnicos de Nível Superior vinculados as atividades de divulgação, popularização e formação científica e tecnológica (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação no INSA, completados ou a completar na vigência do TCG.

Obs. Todas as atividades deverão ser comprovadas através de documento adequado, realizados no ano.

09. IPTDM - Índice de Participação em Teses, Dissertações, Qualificações e Monografias

$$IPTDM = PTDM / TNSE_{pesqm}$$

Unidade: Número, com 2 casas decimais.

PTDM = Número total de participações em teses, dissertações, qualificações e monografias, no ano.

$TNSE_{pesqm}$ = \sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas com, no mínimo, nível de mestrado), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTIC completados ou a completar na vigência do TCG.

10. IBAP - Indicadores de Popularização e Formação

$$IBAP = \sum \{ [P (PPNS \times 3) + P (PPCS \times 1)] \} / ETCPC$$

Unidade: Número, com 2 casas decimais.

P = Nº de beneficiários pelos programas e projetos desenvolvidos pela Unidade.

PPNS = Número de programas e projetos de natureza social planejado e executado pela unidade (peso 3).

PPCS = Número de projetos de pesquisa com componente social planejado e executado pela unidade (peso 1).

ETCPC = Número de membros da equipe técnico-científica envolvida com a popularização da ciência, incluindo servidores, estagiários e bolsistas, com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTIC completados ou a completar na vigência do TCG.

11. IMMP - Inovações Metodológicas e Elaboração de Materiais Paradidáticos

$$IMMP = MPD + RIM / TNSE_{pesq}$$

Unidade: Número, com 2 casas decimais.

MPD = [Nº de periódicos (boletins e revistas), apostilas e relatórios popularizados] +

[Nº de materiais paradidáticos especiais (cartilhas, livros para colorir, kits, jogos, álbuns, guias, catálogos, etc.) + [Nº de materiais de artes visuais editados (audiovisuais, áudios, fotografias, ilustrações, etc.).

RIM = Nº roteiros e inovações metodológicas construídas.

TNSE_{pesq} = \sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas com, no mínimo, nível de mestrado), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTIC completados ou a completar na vigência do TCG.

Administrativo-Financeiros

12. APD - Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento

$$\text{APD} = [1 - (\text{DM} / \text{OCC})] \times 100$$

Unidade: Índice percentual (sem casa decimal).

DM = \sum das Despesas com manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, informática, contratos de manutenção com equipamentos da administração e computadores, água, energia elétrica, telefonia e pessoal administrativo terceirizado, no ano.

OCC = A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100/150.

Obs.: Considerar todos os recursos oriundos das dotações de Outros OCC, das fontes 100 e 150, efetivamente empenhados e liquidados no período, não devendo ser computados empenhos e saldos de empenho não liquidados nem dotações não utilizadas ou contingenciadas. Além das despesas administrativas listadas no conceito do indicador APD, incluir outras despesas administrativas de menor vulto e todas aquelas necessárias à manutenção das instalações, campi, parques e reservas que eventualmente sejam mantidas pela UP.

13. IEO - Índice de Execução Orçamentária

$$\text{IEO} = (\text{VOE} / \text{LEI}) \times 100 = (\text{VOE} / \text{OCCe}) \times 100$$

Unidade: Índice percentual (sem casa decimal).

VOE = somatório dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados e liquidados.

OCCe = Limite de empenho autorizado.

LEI = \sum das dotações de Outros Custeios e Capital, das fontes 100 e 150 definidos pela Lei N°. 11.306, de 16 de maio de 2006.

14. RRP - Relação entre Receita Própria e OCC

$$\text{RRP} = \text{RPT} / \text{OCC} \times 100$$

Unidade: Índice percentual (sem casa decimal).

RPT = Receita Própria Total incluindo a receita própria ingressada via Unidade de Pesquisa, as extra orçamentárias e as que ingressam via fundações, em cada ano (inclusive Convênios e Fundos Setoriais e de Apoio à Pesquisa).

OCC = A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 150/250.

Obs: Na receita própria total (RPT), devem ser incluídos os recursos diretamente arrecadados (fonte 150), convênios, recursos extra orçamentários oriundos de fundações, fundos e agências, excluídos os auxílios individuais concedidos diretamente aos pesquisadores pelo CNPq.

Indicadores de Recursos Humanos

15. ICT - Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento

ICT = $ACT / OCC \times 100$

Unidade: Índice percentual (sem casa decimal).

ACT = Recursos financeiros Aplicados em Capacitação e Treinamento no ano.

OCC = A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 150/250.

Obs: Incluir despesas com passagens e diárias em viagens cujo objetivo seja participar de cursos, congressos, simpósios e *workshops*, além de taxas de inscrição e despesas com instrutores (desde que pagos para ministrarem cursos e treinamento para servidores da UP), excluídos, evidentemente, dispêndios com cursos de pós-graduação oferecidos pela entidade.

16. PRB - Participação Relativa de Bolsistas

PRB = $[NTB / (NTB + NTS)] \times 100$

Unidade: Índice percentual (sem casa decimal).

NTB = \sum dos bolsistas (PCI, DTI, etc.), no ano.

NTS = N°. total de servidores em todas as carreiras, no ano.

17. PRPT - Participação Relativa de Pessoal Terceirizado

PRPT = $[NPT / (NPT + NTS)] \times 100$

Unidade: Índice percentual (sem casa decimal).

NPT = \sum do pessoal terceirizado, no ano.

NTS = N°. total de servidores em todas as carreiras, no ano.

Quadro 3.4.1 – Resumo dos indicadores utilizados no monitoramento da Unidade

Indicadores	Unidade	Peso	Série Histórica							Pactuado	Realizado
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2017
Físicos e Operacionais											
1. IGPUB – Índice geral de publicações	Publicações/Técnico	3	0,53	2,3	2,12	2,84	2	2	1,12	0,52	0,88
2. PPACI - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional	Unidades	3	2	2	2	2	2	2	3	3	3
3. PPACN - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional	Unidades	2	17	18	18	19	20	20	20	17	19
4. PPBD - Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos	Pesquisa/Técnico	3	2,23	3,9	3	2	2	2	0,57	0,65	0,62
5. ETCO – Eventos Técnico-Científicos Organizados	Adimensional	2	1,02	2,12	2,14	0,54	0,3	0,3	1,67	1,25	1,25
6. PcTD- Processos e Técnicas desenvolvidos	Nº.Processos/Técnico	1	-	0,18	0,05	0	0	0	0,24	0,20	0,12
7. ICE - Índice de Comunicação e Extensão	Serviços/Técnico	2	8	13,4	18,93	12,37	13	13	239,8	180,40	178,40
8. IDCT – Índice de Divulgação Científica e Tecnológica	Eventos/Técnico	3	3,53	5,29	5	3,38	3,2	3,2	26,13	34,00	39,69
9. IPTDM - Índice de Participação em Teses, Dissertações, Qualificações e Monografias	Unidades/Técnico	3							1,35	0,72	0,76
10. IBAP - Indicadores de Popularização e Formação		2							1699,88	4.133,00	4.109,75
11. IMMPP - Inovações Metodológicas e Elaboração de Materiais Paradidáticos	Unidades/Técnico	3							0,78	0,12	0,24
12. IPEVN – Índice de Propagação de Espécies Vegetais Nativas	Nº. Mudanças/Espécie	3	3.240	5.928,57	4929	4928,27	4000	4000	Excluído	Excluído	Excluído
13. IRAD - Índice de Recuperação de Áreas Degradadas	%	3	64	40	40	40	0	0	Excluído	Excluído	Excluído
Administrativos e Financeiros											
1. APD - Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	%	3	52	32,29	29	42,45	32	32	69	94,00	52,00
2. IEO - Índice de Execução Orçamentária	%	3	70	51,13	-0-	54,23	100	100	45	100,00	85,02
3. RRP - Relação entre Receita Própria e OCC	%	1	0,42	9,65	6,81	0	0	0	139	209,00	54,65
Indicadores de Recursos Humanos											
4. ICT - Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento	%	2	0,62	0,44	0,72	0,68	0,5	0,5	0	0,00	0,06
5. PRB - Participação Relativa de Bolsistas	%	-	21	35,14	35,14	21	40	40	58	68,00	62,00
6. PRPT - Participação Relativa de Pessoal Terceirizado	%	-	56	62,50	63,24	62,5	62,5	62,5	65	64,00	63,50
Indicador de Inclusão Social											
7. IIS _{EP} – Índice de Inclusão Social – Execução de Programas / Projetos	Unidade	1	1	1	1	1	1	1	Excluído	Excluído	Excluído

4. GOVERNANÇA

4.1 Descrição das estruturas de governança

A estrutura de governança da Unidade é composta pelo Diretor, Coordenadores de Pesquisa e Administração, Chefe de serviço e o pelo CTC, cuja normatização encontra-se no regimento interno do INSA (Decreto nº 8.877, de 18 de Outubro de 2016).

O papel do Diretor é: 1. Coordenar e gerenciar a implementação dos Projetos e Atividades do Programa de Ciência e Tecnologia aprovados no âmbito dos objetivos do INSA; 2. Supervisionar e coordenar a elaboração e execução de planos operativos e relatórios estatísticos e gerenciais dos programas sob sua responsabilidade; 3. Coordenar e supervisionar a execução de atividades relacionadas ao planejamento, orçamento, organização, gestão de pessoas, logística, suporte de informática, documentação e arquivo, administração financeira e contabilidade; 4. Acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades relativas a sua área de atuação; 5. Realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.

O Coordenador de Pesquisa compete: 1. coordenar as atividades fins do INSA, que correspondem às áreas de pesquisas, formação, gestão da informação e popularização do conhecimento; 2. coordenar a implementação dos Projetos e Atividades do Programa de Ciência e Tecnologia aprovados no âmbito dos objetivos do INSA; 3. coordenar a elaboração e execução de planos operativos e relatórios estatísticos e gerenciais dos programas sob sua responsabilidade; 4. acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades relativas à sua área de atuação.

O Coordenador de Administração compete: 1. coordenar as atividades meio do INSA, que correspondem às áreas de planejamento, licitação, orçamento, organização, gestão de pessoas, logística, suporte à informática, documentação e arquivo, administração financeira e contábil; e 2. realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.

Ao chefe de Serviço Administrativo compete auxiliar a Coordenação de Administração na supervisão e execução das atividades relacionadas ao planejamento, licitação, orçamento, organização, gestão de pessoas, logística, suporte à informática, documentação e arquivo, administração financeira e contábil.

Já o CTC tem a função de orientação e assessoramento ao diretor, no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do INSA.

Na unidade não possui sistema de correição, sendo a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do MCTIC a unidade responsável pelo sistema de correição desta unidade.

4.2 Gestão de riscos e controles internos

A sistemática para gestão de riscos envolve a utilização de indicadores de desempenho alimentados por mecanismos de monitoramento, que funcionam como ferramentas de controles internos, instituídos para garantir o cumprimento das metas institucionais, visando corrigir no espaço e no tempo, possíveis divergências que viessem a colocar em risco o cumprimento das metas, ou ao menos, mitigar os efeitos adversos decorrentes de variáveis externas à governabilidade do Instituto.

O INSA, como Unidade de Pesquisa do MCTIC, dispõe de autonomia relativa para cumprimento do PDU, o qual é referendado pela Secretaria Executiva do MCTIC e pelo Gabinete do Ministro. Anualmente é elaborado um Termo de Compromisso de Gestão, onde as metas do PDU são pactuadas para sua execução no ano seguinte. Essas metas são submetidas à avaliação semestral para acompanhamento do desempenho das atividades e cumprimento dos indicadores institucionais pactuados.

Estrategicamente, o INSA busca no acompanhamento dos avanços das pesquisas e desenvolvimento tecnológico e de inovações, sistematizar suas observações a partir dos seguintes indicadores:

1. Físicos e Operacionais: Índice geral de publicações; Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional; Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional; Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos; Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos; Índice de Divulgação, Popularização e Formação Científica e Tecnológica; Índice de Participação em Teses, Dissertações, Qualificações e Monografias; Indicadores de Popularização e Formação; e Inovações Metodológicas e Elaboração de Materiais Paradidáticos.
2. Administrativo-Financeiros: Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento; Índice de Execução Orçamentária; Relação entre Receita Própria e OCC.
3. Recursos Humanos: Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento; PRB - Participação Relativa de Bolsistas; Participação Relativa de Pessoal Terceirizado;

A principal ferramenta de controle para os indicadores financeiros, do ponto de vista da execução de planos, programas e projetos, é o sistema operacional denominado SIGTEC. Através de relatórios gerenciais as metas são avaliadas quanto ao percentual do seu cumprimento.

O SIGTEC permite avaliar o status de desenvolvimento dos projetos e verificar se o plano de aplicação previsto está compatível com o executado. A partir do cruzamento de relatórios do SIGTEC com outros sistemas de gestão e controle é possível realizar, com bom grau de precisão, o controle das inversões financeiras realizadas em cada projeto e as metas físicas que estão sendo previstas e alcançadas.

Semestralmente e anualmente a Secretaria Executiva do MCTIC avalia os relatórios de gestão, funcionando como uma espécie de auditoria, com base nos indicadores e no detalhamento das metas dos planos, programas e projetos que foram atingidos, buscando soluções para os problemas que ultrapassam os limites da governabilidade do INSA.

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de Pessoas

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 5.1.1.1 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		25	1	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		25	1	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				1
4. Total de Servidores (1+2+3)		25	1	3

Fonte: INSA

Quadro 5.1.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	18	08
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	18	08
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	18	08
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		
2. Servidores com Contratos Temporários		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		
4. Total de Servidores (1+2+3)	18	08

Fonte: INSA

Quadro 5.1.1.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-	3	-	1
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	3	1	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	3	1	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	1
2. Funções Gratificadas	-	1	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	1	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		4	1	1

Fonte: INSA

Análise Crítica

O quadro insuficiente de pessoal, especialmente na área meio, tem comprometido o desempenho da Unidade. Na área fim contamos com 08 (oito) servidores, dentre eles pesquisadores e tecnologistas, soma-se à pesquisa 36 (trinta e seis) bolsistas PCI, o que deixa um número razoável na área fim. Porém, na área meio contamos somente com 18 (dezoito) servidores de carreira, e um número crescente de afastamentos de servidores por motivo de saúde.

A principal dificuldade é a reduzida força de trabalho na Unidade, que continuou a se agravar no ano de 2017, com a saída de mais três servidores, em virtude de falecimento, aposentadoria e remoção por motivos de saúde. Soma-se à esta a perspectiva imediata de aposentadorias.

Conforme Quadro 5.1.1.3, a quantidade de cargos em comissão e função comissionada continua a mesma, número mínimo e não satisfatório com as demandas do Instituto. Para dificultar, além dos problemas enfrentados com a falta de pessoal, não dispomos de cargos em comissão ou funções gratificadas à disposição para uso na eventual remoção ou transferência.

5.1.2 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O quadro insuficiente de pessoal tem comprometido o desempenho da Unidade. Soma-se a isso o número crescente de afastamentos de servidores por motivo de saúde.

Os afastamentos por motivo de saúde tem sido um dos motivos de riscos relacionados ao pessoal, principalmente na área meio. Conforme informações obtidas junto ao SIASS/UFCG, durante o exercício foram contabilizados 636 dias de

afastamento por 12 servidores. Contudo, três servidores se destacaram com aproximadamente 40% do total de afastamentos.

Destacamos que desde 2015, o Insa tem informado ao MCTIC da necessidade de ampliação do quadro da Unidade e da realização de trabalho que possa ajudar na melhoria da qualidade de vida dos seus servidores.

Quadro 5.1.2.1 Afastamento por Local de Trabalho

Ano	Unidades SIASS	Numero de Afastamentos	Total de Dias por Unidades	Total de dias de afastamentos (UFCG/UFPB/UFRN)	Total de Servidores atendidos	Total de servidores nas Unidades
2015	(UFCG)	06	62	92	05	06
	(UFRN)	01	30		01	
2016	(UFCG)	15	273	505	09	12
	(UFPB/UFRN)	09	232		03	
2017	UFCG	30	636	636	12	12

Fonte: Setor de Gestão de Pessoas - INSA, SIASS/UFCG.

5.1.3 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Quadro 5.1.3.1 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Nacional do Semiárido – INSA						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	APOIO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVO	MARANATA PRESTADORA DE SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. – CNPJ nº 03.325.436/0001-49	2012	2018	FUNDAMENTAL	(P)
2013	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA	COMBATE SEGURANÇA DE VALORES LTDA. – CNPJ nº 02.322.136/0001-43	2013	2018	FUNDAMENTAL	(P)
2016	ADMINISTRAÇÃO SISTEMAS/REDES	CAMPINA TEC – CNPJ nº 10.776.245/0001-69	2016	2021	SUPERIOR COMPLETO	(A)
2015	WEB DESIGNER	RICARDO VALENTE – CNPJ nº 13.597.362/0001-53	2015	2017	SUPERIOR COMPLETO	(P)
2015	ENGENHARIA	IGOR SANTANA LUCENA - CPF nº 042.090.134-55	2015	2017	SUPERIOR COMPLETO	(P)
2014	ENGENHARIA	ADALBERTO FERREIRA DOS SANTOS - CPF nº 025.533.764-72	2014	2018	SUPERIOR COMPLETO	(P)

Fonte: Contratos administrativos do INSA.

SITUAÇÃO (Sit.):

- (A) - Ativo Normal**
- (P) - Ativo Prorrogado**
- (E) - Encerrado**

INFORMAÇÕES DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

No ano de 2017 os contratos para prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade foram:

Maranata – contratação de apoio operacional e administrativo - no ano de 2016 contou com o apoio efetivo de 46 (quarenta e seis) colaboradores, sendo: (32) auxiliares de serviços gerais, (01) cozinheira, (01) encarregado, (02) telefonistas, (03) motorista, (03) técnicos de manutenção, (02) secretária I e (02) secretária II. O valor total pago a empresa durante o exercício foi de R\$ 1.095.892,07.

Combate - contratação de vigilantes armados - 04 (quatro) postos diurnos e 06 (seis) postos noturnos. O valor total pago a empresa durante o exercício foi de R\$ 701.870,66.

Campina Tec – contratação de 01 (um) posto de prestação de serviço na área de Administração de Redes / Sistemas. O valor total pago a empresa durante o exercício foi de R\$ 148.958,04.

Ricardo Valente – contratação de serviço de 01 (um) posto de web designer. O valor total pago a empresa durante o exercício foi de R\$ 50.310,81. Contrato encerrado em julho de 2017.

Igor Santana Lucena – contratação de engenheiro civil para fiscalização de obras. O valor total pago a empresa durante o exercício foi de R\$ 28.318,00 (Não inclui INSS patronal). Contrato terminou em agosto de 2017.

Adalberto Ferreira dos Santos - contratação de engenheiro civil para fiscalização de obras. O valor total pago a empresa durante o exercício foi de R\$ 66.535,00 (Não inclui INSS patronal).

CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIO(S)

A contratação de estagiários é realizada diretamente pela Coordenação Geral de Recursos Humanos- CGRH do MCTIC e o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE. Ao INSA são destinadas quatro vagas para estagiários, sendo um (01) de nível de ensino médio e três (03) de nível de ensino superior, todos atuando na área meio.

5.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

5.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Quadro 5.2.1.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
BRASIL	Paraíba	1	1
	Campina Grande	1	1
Total		1	1

Fonte: INSA

Estrutura da Sede do Instituto Nacional do Semiárido

A Sede Administrativa do INSA funciona em uma área de 133 hectares que foi declarada de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Governo do Estado da Paraíba, através do Decreto nº 26.554, de 18 de novembro de 2005, e publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba, nº 13.082 em 19 de Novembro de 2005. No entanto, a utilização da referida área pelo INSA carece de regularização e, por este fato, não houve avaliação do imóvel.

O Governo do Estado emitiu o Termo de Cessão de Uso Nº 31/2013, publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba de 30 de outubro de 2013, estabelecendo o prazo de 30 (trinta) anos para uso da área pelo INSA porque tramita na justiça processo contra Governo do Estado, onde o antigo proprietário questiona o valor da desapropriação. Este imóvel ainda não possui registro no SPU.

Estrutura da Estação Experimental do INSA

A Estrutura da Estação Experimental do INSA abrange uma área de 509 hectares, sendo este terreno já regularizado e cedido ao Instituto e onde estão instalados os complexos laboratoriais Celso Furtado e Miguel Arraes.

As informações constantes deste relatório com relação aos valores do imóvel sob responsabilidade desta UJ foram fornecidas pela Superintendência do Patrimônio Público da União na Paraíba – SPU/PB, que disponibilizou profissional competente, em 2013, para avaliar o referido imóvel, uma vez que o INSA não possui em seus quadros, engenheiro habilitado para tal atividade. A última avaliação realizada para determinação do seu valor fixou a cifra de R\$ 4.376.549,46 (quatro milhões, trezentos e setenta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e quarenta e seis centavos).

Em 2014 foram enviados o Ofício nº 140/2014 – GAB/INSA, de 17/06/14 e o Ofício nº 325/2014 – GAB/INSA, de 19/12/2014 à Superintendência do Patrimônio da União solicitando parecer referente à necessidade/obrigatoriedade de Registro Imobiliário Patrimonial - RIP para a área da Sede do INSA, assim como o pedido de visita de um engenheiro para avaliar o valor do imóvel já registrado na SPU (RIP

198100079.500-2). Essa solicitação não foi respondida e em 2017, diante da necessidade de atualização desses valores, foi enviada nova solicitação através do Ofício nº 109/2017/SEI-INSA, cujo teor era o mesmo. Em resposta, via Ofício nº 104929/2017-MP, a SPU informou não ter profissional disponível para avaliação do imóvel já registrado. Neste aspecto, o valor do imóvel continua pendente de atualização.

Em 2017, foi finalizada a construção de uma estrada asfaltada para acesso às instalações da Estação Experimental e uma nova guarita para controle de entradas na área. O aporte de recursos para estas obras giram em torno de 3,2 milhões de reais.

Quadro 5.2.1.2 – Investimentos na Estação Experimental

Empresa contratada	Serviço	Valor executado (R\$)
Construtora Rocha Cavalcante Ltda	Implantação e pavimentação da via de acesso à Estação Experimental	3.255.102,80
TOTAL		3.255.102,80

Fonte: INSA

Com relação aos riscos inerentes à gestão dos imóveis, o INSA possui contrato com empresa de segurança privada, a qual realiza serviço de segurança armada tanto na Sede como na Estação Experimental. Pelas grandes dimensões dos terrenos, fortuitamente são registradas entradas não autorizadas.

Para aprimorar a segurança, foi instalado um sistema de câmeras em pontos estratégicos nas áreas mais movimentadas e que permite o monitoramento 24 horas.

Além disso, está em curso a celebração de um convênio com a Polícia Militar do Estado para a integração deste sistema de câmera com aquele órgão, e maior participação da PM com rondas nas adjacências do INSA.

As informações a respeito da localização dos imóveis do INSA podem ser encontradas no endereço eletrônico institucional: <https://portal.insa.gov.br/infraestrutura>

5.3 Gestão da tecnologia da informação

Pelo fato de o INSA ser uma unidade relativamente nova, com pouco mais de 10 anos de existência, e por isso estar se estruturando, a construção do PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação levou em conta as necessidades tecnológicas para permitir essa estruturação e conseqüentemente a execução dos programas, objetivos e metas institucionais, abrangendo aspectos organizacionais, financeiros, governança, recursos humanos, objetivos e metas.

O INSA teve seu primeiro PDTI com vigência de 2012 a 2014. O documento foi elaborado tendo como principais norteadores o Plano Diretor da Unidade – PDU e a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI, o que garantia seu alinhamento com os objetivos da instituição, e encontra-se publicado no site institucional - <https://portal.insa.gov.br/images/documentos-oficiais/PDTI%202016-2019.pdf>. O novo PDTI é uma versão revisada e ampliada do primeiro, tendo sido atualizadas as diretrizes baseadas nos dois documentos principais norteadores.

Relativo às atividades do Comitê Gestor de TI. Devido aos cortes no orçamento, não houve reuniões do CGTI no período, pois não havia possibilidades de investimento na área, logo não havia pauta a ser discutida.

5.3.1 Principais sistemas de informações

O INSA tem como uma de suas principais ferramentas de gestão de projetos o SIGTEC – Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas, hoje uma aplicação Web, desenvolvida pelo CTI – Centro de Tecnologia da Informação Ricardo Archer, que se destina a apoiar as entidades do Ministério através do registro estruturado das informações em gestão e tecnologia, da interação através de ambientes de trabalho e do acompanhamento da concretização de resultados. Outra característica do sistema é a obtenção dos indicadores do TCG - Termo de Compromisso de Gestão com o MCTIC – a partir das informações registradas no sistema. O SIGTEC possui 04 (quatro) principais funcionalidades: Gestão de projetos, Gestão Administrativa, Gestão de estoque e Gestão de patrimônios. O responsável técnico é Pedro Vitor Cerqueira Pacheco, Gerente de Redes e o responsável da área de negócio é Felipe Ataíde de Albuquerque. A criticidade para a unidade é alta.

Outra ferramenta é o SIGSAB - Sistema de Gestão da Informação e do Conhecimento do Semiárido Brasileiro. Visa reunir e disponibilizar informações e o conhecimento gerado na região semiárida. Projetado para operar em uma plataforma web, o SIGSAB reúne e disponibiliza informações econômicas, sociais, ambientais e de infraestrutura da região semiárida. Também possui como objetivo divulgar experiências, conhecimentos e estudos como forma de gerar novos dados no campo da ciência, tecnologia e inovação. Contribui na definição de políticas públicas, investimentos (públicos e privados), planejamentos e no uso sustentável dos recursos disponíveis no Semiárido brasileiro. O responsável técnico é Pedro Pacheco, o responsável da área de negócio é Salomão de Sousa Medeiros, a criticidade do sistema é alta, por se tratar de um sistema aberto ao público.

No ano de 2017 não houve capacitação da equipe de TIC do INSA. Já a força de trabalho do Setor de TI do Instituto Nacional do Semiárido é composta de 2 (dois) servidores efetivos da carreira de Ciência e Tecnologia: Gregoriev Aldano de França Fernandes (Técnico) e Felipe Ataíde de Albuquerque (Assistente em Ciência e Tecnologia). Conta também 1 (um) Analista de Infraestrutura Sênior terceirizado Pedro Vitor Cerqueira Pacheco e 2 (dois) estagiários do curso Superior Telemática do IFPB.

Os processos de gerenciamento de TI são baseados nas boas práticas do mercado de TI, como preza a biblioteca ITIL V3, no que tange a organização e arquitetura computacional, incluindo o escalonamento de serviço de TI, isto é, a separação de atividades de acordo com o nível de operação. Para esse fim, no Instituto, há três subdivisões distintas, mas que atuam conjuntamente:

1. Área de Help-Desk: área de atendimento ao usuário com o objetivo de sanar dúvidas técnicas e consertos de todos os equipamentos do parque computacional. Atua via sistema OTRS (sistema de abertura de ordem de serviço).
2. Área de Infraestrutura de Redes: responsável por manter a disponibilidade, autenticidade e desempenho da rede lógica de computadores do Instituto. Para este fim, usa-se ambiente virtualizado em conjunto com o amplo sistema de monitoração (ativos de rede, serviços e servidores de aplicação). Atua via softwares: Nagios Core, Hypervisor ESXI e Sistema Operacional Linux.
3. Área de Gestão de TI: atua nas atividades administrativas e é responsável por gerir toda a equipe que compõe a unidade.

Com essas três diferentes áreas, é realizado o escalonamento de serviços de TI. Outro ponto acerca dos processos de gerenciamento de serviços é a produção contínua de documentação técnica, hospedada nos servidores da Instituição.

Projetos de TI executados no período foram:

- Expansão do sistema de câmeras de monitoramento eletrônico para a Sede e Estação Experimental, no valor de R\$ 3.937,00;
- Expansão da cobertura da rede de internet sem fio de alta velocidade, mediante aquisição de pontos de acesso e switches, no valor de R\$ 27.050,00; e
- Seguindo a política de renovação do parque computacional estabelecido desde o primeiro PDTI desta Unidade, foram adquiridos 3 desktops HP 800 G3 com o custo total de R\$ 14.315,97.

Por fim, para mitigar a dependência tecnológica da empresa terceirizada que cuida da gerência de redes através de um funcionário contratado, foi elaborada documentação de todos os serviços, sistemas e configurações implementadas, de modo que caso haja ruptura do contrato qualquer profissional com formação semelhante possa efetuar reparos/melhorias nos sistemas já implantados. Esta documentação encontra-se disponível na rede interna do INSA.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do cidadão

Os canais de acesso disponíveis para a interação cidadãos-INSA são:

- **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC):**

Em cumprimento à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), o Instituto Nacional do Semiárido (INSA) disponibiliza o canal: <https://portal.insa.gov.br/acesso-a-informacao>, com acesso facilitado em sua página institucional (www.insa.gov.br). O SIC INSA integra o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU), com funcionamento ininterrupto na internet, visando centralizar os pedidos de informação dos cidadãos.

Esse mecanismo permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada pelo Órgão. Por meio desse canal de Acesso à Informação, o usuário dispõe de um site específico para a finalidade de fazer solicitações, reclamações, denúncias e sugestões (<http://www.insa.gov.br/acessoainformacao>).

Também é possível solicitar informações pessoalmente, diretamente em sua Sede Administrativa, localizada na Av. Francisco Lopes de Almeida, S/N, Bairro: Serrotão, Campina Grande/PB, na sala 18 do Prédio da administração. Para isso, dois servidores foram designados para atender às solicitações dos cidadãos.

Para facilitar a comunicação dos usuários do SIC com a instituição, o INSA ainda disponibiliza dois e-mails para atender às solicitações, reclamações, denúncias e sugestões. As informações de contato estão disponíveis logo na primeira página da plataforma.

Além disso, o Instituto disponibiliza outros canais para manter a interação com os cidadãos. São eles:

- **Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV):** esse é outro canal disponibilizado na internet para manifestação dos cidadãos (denúncia, reclamação, solicitação, sugestão ou elogio). O INSA integra o sistema e-OUV, coordenado pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. (<https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/RegistrarManifestacao.aspx>). Em 2017, foram atendidas duas manifestações via e-Ouv.
- **Contato/Fale Conosco:** esse canal está disponível no site do INSA (www.insa.gov.br). Os contatos dos usuários são realizados por e-mail e respondidos de imediato, com atendimento das solicitações, esclarecimentos e prestação de informações. Em 2017, foram atendidas a 33 solicitações de segmentos da sociedade, por intermédio desse canal.
- **Redes sociais:** o perfil do INSA nas redes sociais, especialmente no Facebook (www.facebook.com/insamcti), gerenciado diariamente pela Assessoria de Comunicação, também tem se constituído em importante canal para acesso

direto do cidadão. Todas as perguntas, reclamações e sugestões são acompanhadas indistintamente, com respostas diretas aos cidadãos. Em 2017, o INSA compartilhou 461 publicações nas mídias sociais (Facebook, Youtube e Twitter). Cada uma dessas publicações permite a interação direta dos usuários com o Instituto, em demandas específicas de Ciência, Tecnologia e Inovação.

- **Semiárido em Foco:** o Programa Semiárido em Foco (www.insa.gov.br/semiaridoemfoco/), com atividades/encontros realizados no auditório do Insa, também tem sido um importante canal de debate, articulação e discussão de temas de interesse para a sociedade do Semiárido. Diversos segmentos da sociedade civil, academia, políticos e representantes de instituições de pesquisa em Ciência e Tecnologia têm sido mobilizados e incentivados a participar e colaborar com o debate democrático, permitindo o profícuo confronto de visões e opiniões sobre políticas públicas para o Semiárido brasileiro. Em 2017, ocorreram 10 encontros do Semiárido em Foco.
- **Acessos ao SIC:** sobre as estatísticas, em 2017, o Sistema de Acesso ao Cidadão (SIC) do INSA atendeu a 17 perguntas. Os pedidos de informações foram prontamente atendidos. Cabe ressaltar que o site do SIC foi acessado por 913 usuários, com 2.007 visualizações de página e duração média por sessão de 1,5 minuto.
- **Acessos ao Site Institucional:** já o site institucional contou com acessos de cerca de 30.000 usuários, totalizando 114.222 visualizações de página, com duração média de 2,25 minuto por sessão.
- **Relatórios popularizados:** a título de complementação, o INSA tem lançado relatórios de atividades anuais, em linguagem popularizada, com versões impressas e digitais disponibilizados no Acervo Digital do seu site institucional.

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão foi elaborada conforme Decreto nº 6932/2009 e sua divulgação é realizada através do Portal institucional/Acesso à Informação no seguinte endereço eletrônico: <https://portal.insa.gov.br/images/acesso-info/carta/carta-de-servio-ao-cidadao.pdf>

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Até o momento, não foi realizado nenhuma pesquisa de satisfação específica sobre o INSA. Todavia, os diversos tipos de eventos realizados para a comunidade científica e demais grupos sociais (*stakeholders*), a exemplo de Oficinas, Workshops, Seminários, Cursos etc. têm sido oportunidades para avaliação dos serviços prestados pela instituição, através de questionários.

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Todas as informações referentes à missão, visão, formas de atuação e relatórios de gestão estão disponíveis no endereço www.insa.gov.br. Além disso, diariamente são divulgadas pela Assessoria de Comunicação informações das ações e projetos desenvolvidos no Semiárido brasileiro através do referido site institucional.

O INSA edita um Boletim Informativo Eletrônico, enviado mensalmente para representantes de diversas instituições e organizações sociais, bem como para os diversos públicos de interesse com os quais o Instituto se relaciona (pesquisadores, professores, estudantes, entre outros).

Já nas redes sociais (especialmente, a Fan Page do INSA no Facebook, mídia social mais utilizada na instituição), em 2017, contou com 13 mil seguidores, cujos conteúdos disponibilizados alcançaram 1.149.898 internautas.

O SIC, como mencionado, tem sido um espaço relevante para publicar documentos e informações de interesse dos cidadãos (<https://portal.insa.gov.br/servicos-de-informacao-ao-cidadao>). Nesse site, também consta o acesso direto ao Portal da Transparência, no qual estão disponíveis diversas informações estatais referentes ao INSA. Os relatórios de auditoria de gestão e acórdãos do TCU, concernentes ao INSA, são divulgados no site do SIC.

Além disso, no SIC são disponibilizados dados sobre: Institucional, Ações e Programas, Auditorias, Convênios, Despesas, Licitações e Contratos, Servidores, Perguntas Frequentes, Sobre a Lei de Acesso à Informação, Informações Classificadas, Terceirizados, Receitas e Despesas, Plano de Dados Abertos, Pesquisadores Bolsistas, Infraestrutura e Obras.

6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Produtos e serviços

Os produtos gerados pelo INSA são materializados em forma de publicações (artigo, livro, cartilha, etc) e vídeos que são disponibilizados em forma digital no site institucional (www.insa.gov.br) e/ou no site do Sistema de Gestão da Informação e do Conhecimento do Semiárido (<http://www.insa.gov.br/sigsab/>).

Instalações

A sede do INSA possuem banheiros (dois) adaptados a cadeirantes, auditório com cadeiras para pessoas obesas e rampas de acesso a cadeirantes. Todos os prédios foram construídos ao nível do solo com acesso por rampas.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O INSA utiliza o Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas (SIGTEC), desenvolvido pelo Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI) para gerenciar a depreciação, amortização e exaustão dos seus bens móveis.

O objetivo de uma das ferramentas do sistema é o acompanhamento e controle dos bens patrimoniais da Instituição, sejam próprios ou de terceiros, disponibilizando as operações de consulta, registro, manutenção, movimentação ou baixa dos mesmos. O sistema apresenta dois cenários referentes aos bens móveis do Instituto: Consultar Bens Patrimoniais e Gestão do Patrimônio.

Essas ferramentas seguem as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP), principalmente as 16.9 e 16.10 (NBC T 16.9 e 16.10) com o objetivo de estabelecer os critérios e procedimentos para a adoção da prática da depreciação, amortização e exaustão, assim como a avaliação e mensuração dos elementos patrimoniais nas entidades do setor público, garantindo a correta evidenciação do patrimônio público.

Mensalmente, são lançados Relatórios de Depreciação (RMB) e os Relatórios de movimentação de Ativos (RMA), onde os valores dos bens móveis são atualizados devido a depreciação dos mesmos.

Com o intuito de padronizar e orientar as Unidades Gestoras da administração pública direta da união, suas autarquias e fundações a Secretaria do Tesouro Nacional definiu no Manual SIAFI Web os procedimentos para o registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão por meio da Macrofunção 02.03.30, ficando estabelecida a aplicação da mudança de critério contábil a partir do exercício contábil de 2010.

Com referência a metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do bem se utilizou o critério padrão de vida útil, devido às limitações operacionais dos sistemas, compreensão da informação e representatividade. Pelo mesmo motivo, o valor residual dos bens também foi padronizado, conforme especificado na tabela abaixo:

Quadro 7.1.1 – Tabela de vida útil

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual
12311.01.01	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10%
12311.01.02	APARELHOS E EQUIP. DE COMUNICAÇÃO	10	20%
12311.01.03	APAR.EQUIP.UTENS.MÉD.ODONT.LABOR E HOSP.	15	20%
12311.01.04	APARELHOS E EQUIP. P/ ESPORTES E DIVERSÕES	10	10%
12311.01.05	EQUIP. DE PROTEÇÃO, SEGUR. E SOCORRO	10	10%
12311.01.06	MAQUINAS E EQUIP. DE NATUREZA INDUSTR.	20	10%
12311.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%
12311.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	10%
12311.01.09	MÁQUINAS, FERRAM. E UTENS. DE OFICINA	10	10%
12311.01.10	EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	5	10%
12311.01.11	EQUIP.E MATERIAL SIGILOSO E RESERVADO	10	10%
12311.01.12	ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	5	10%
12311.01.13	EQUIP., PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	15	10%
12311.01.14	EQUIP., PEÇAS E ACESS. AERONÁUTICOS	30	10%

12311.01.15	EQUIP., PEÇAS E ACESS. DE PROTEÇÃO AO VOO	30	10%
12311.01.16	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	10%
12311.01.17	EQUIP. DE MAQUINAS E MOTORES NAVIOS ESQUADRA	-	-
12311.01.18	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAM.	20	10%
12311.01.19	EQUIP.E SISTEMA DE PROT. VIG. AMBIENTAL	10	10%
12311.01.20	MÁQ.EQUIP.UTENS.AGRIC.AGROP. E RODOV.	10	10%
12311.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%
12311.01.23	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS – CONSTRUÇÃO CIVIL	20	10%
12311.01.24	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS	10	10%
12311.01.25	MÁQUINAS, UTENS. E EQUIP. DIVERSOS	10	10%
12311.01.99	OUTRAS MAQUINAS, EQUIP. E FERRAMENTAS	10	10%
12311.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESS. DE DADOS	5	10%
12311.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10%
12311.03.02	MÁQUINAS, INSTAL. E UTENS. DE ESCRITÓRIO	10	10%
12311.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%
12311.03.04	UTENSÍLIOS EM GERAL	10	0%
12311.04.02	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	0%
12311.04.03	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10%
12311.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	20	10%
12311.04.05	EQUIPAMENTOS P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
12311.04.06	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	-	-
12311.04.07	MAQUINAS E EQUIP. PARA FINS DIDATICOS	10	10%
12311.04.99	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCAC E DE COMUNICAÇÃO	10	10%
12311.05.01	VEÍCULOS EM GERAL	15	10%
12311.05.02	VEÍCULOS FERROVIÁRIOS	30	10%
12311.05.03	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15	10%
12311.05.04	CARROS DE COMBATE	30	10%
12311.05.05	AERONAVES	-	-
12311.05.06	EMBARCAÇÕES	-	-
12311.09.00	ARMAMENTOS	20	15%
12311.10.00	SEMOVENTES E EQUIP. DE MONTARIA	10	10%
12311.99.04	ARMAZÊNS ESTRUTURAIS-COBERT. DE LONA	10	10%
12311.99.09	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%

Fonte: Macrofunção SIAFI 020330

A depreciação é iniciada no mês seguinte à aquisição, incorporação e/ou sua efetiva utilização, não havendo depreciação em fração menor que um mês, sendo reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo se iguale ao valor residual.

As taxas utilizadas para os cálculos são aplicadas com base no período de vida útil padrão, levando-se em conta o valor residual a fim de se obter a taxa anual de depreciação, sendo que os cálculos e registros são realizados mensalmente.

Pode-se afirmar que a adoção da depreciação no âmbito do setor público veio consolidar a mudança do enfoque estritamente orçamentário para o enfoque patrimonial da contabilidade pública, que visa à evidenciação do patrimônio público e que se constitui seu principal objeto.

7.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Em relação à sistemática de apuração de custos, cabe esclarecer que as informações foram elaboradas no âmbito do Órgão Superior (MCTIC), para compor o Relatório de Gestão da Secretaria Executiva. As Unidades de Pesquisa devem utilizar o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal para extração de relatórios de custos, porém, ainda está previsto para 2018 um projeto para implementação desta prática por parte da Divisão de Informação de Custos do MCTIC, conforme informado pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças.

7.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Informações inseridas como ANEXO I ao relatório de gestão.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Os prazos, limites e obrigações destacado no art.5º da Lei 8.666/1993 são respeitados. Os pagamentos são devidamente efetuados obedecendo aos trâmites processuais estabelecidos em Lei e observados internamente na UPC. A unidade monetária, as dotações, a cronologia, os reajustes, ajustes e repactuações, conforme preceitua a legislação vigente é respeitado em todas as etapas dos processos de compras e na contratação de serviços.

No que tange o cronograma de pagamentos, a gestão financeira do Instituto elabora mensalmente quadros onde constam as despesas fixas (variáveis ou não) e as despesas flutuantes, estas últimas considerando as emissões de ordens de fornecimento de bens e serviços no mês corrente. Após a elaboração deste quadro, é enviada ao ministério a solicitação de financeiro para cumprimento de todas as obrigações mensais assumidas. O Ministério, então, após análise do pedido repassa o financeiro.

8.2 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 8.6.1 - Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	04122210620000001	11.400,00	7.572,83
Mercadológica			
Utilidade pública			

Fonte: Tesouro Gerencial

ANEXO I

SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria-Executiva
Diretoria de Administração
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade

8.2 - SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

Informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas, bem como dos bens e serviços resultantes da atuação da unidade prestadora de contas, especialmente aqueles decorrentes da execução dos seus objetivos estratégicos, contemplando, pelo menos, as seguintes informações:

- a) identificação da estrutura orgânica da unidade responsável pelo gerenciamento de custos (subunidade, setor etc.), bem como da setorial de custos a que se vincula, se for o caso;
- b) identificação das subunidades administrativas da UPC das quais os custos são apurados;
- c) descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos;
- d) práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos;
- e) impactos observados na atuação da UPC, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos;
- f) relatórios utilizados pela UPC para análise de custos e tomada de decisão.

A Portaria STN nº 157, de 9 de março de 2011, instituiu o Sistema de Custos do Governo Federal tendo como objetivo, identificar custos específicos de programas e das unidades da Administração Pública Federal, vindo ao encontro do disposto na Lei nº 10.180/2001, que instituiu, dentre outros, o Sistema de Contabilidade Federal, e a Lei Complementar nº 101/2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que reforçou a necessidade de criação de metodologia de medição de custos como critério de avaliação e acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da União, gerando informações estratégicas para a tomada de decisão de governo, bem como para a melhoria efetiva da qualidade do gasto público.

O normativo acima definiu a estrutura de funcionamento do sistema, tendo como órgão central a Secretária do Tesouro Nacional e como órgãos setoriais os Ministérios, sob a gestão da Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União, subordinada a Subsecretaria de Contabilidade Pública, da Secretaria do Tesouro Nacional. A Portaria STN nº 716, de 24 de outubro de 2011, estabeleceu em seu art. 2º e 3º as competências do órgão central e dos órgãos setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal.

O Sistema de Informações de Custos do Governo Federal é uma ferramenta tecnológica (um software) que tem a capacidade de integrar diversos sistemas estruturantes do Governo

Federal em uma única base de dados (Data Warehouse), armazenando e reunindo as informações de custos com vistas a subsidiar o apoio a tomada de decisão do gestor de recursos públicos.

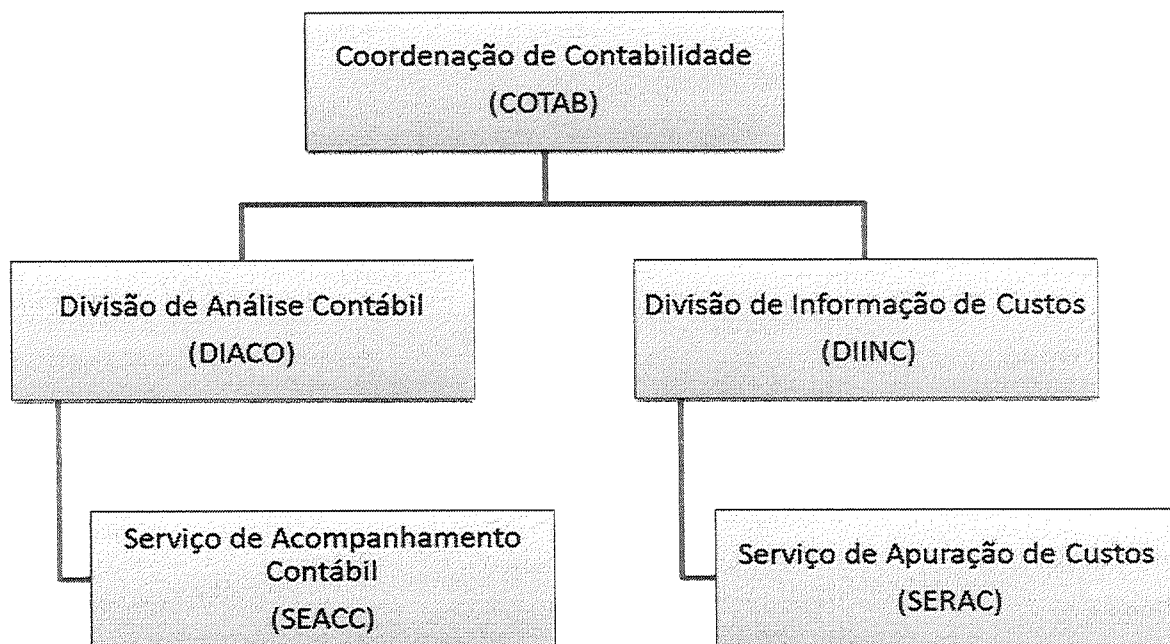
No ano de 2012, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação publicou a Portaria SEXEC/MCTI nº 6, de 30 de maio de 2012, instituindo de forma provisória, a Unidade de Informações de Custos, indicando como responsável pelas competências a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA.

Também no ano de 2012, o extinto Ministério das Comunicações publicou a Portaria n.º 57, datada de 17/07/2012, que atribuiu a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA a função de órgão setorial do sistema de custos do governo federal.

Cabe ressaltar que no período de 2011 a 2016, decorrente da insuficiência de pessoal este Ministério não conseguiu estruturar, organizar e fazer funcionar a setorial de custos a fim de desempenhar todas as atividades definidas no Macroprocesso do Sistema de Custos do Governo Federal – MPCUST, elencadas no art. 12, da Portaria STN nº 481, de 18 de agosto de 2014.

Em 2016, ocorreu a fusão entre o Ministério das Comunicações e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, determinada pela Lei n.º 13.341, de 29 de setembro de 2016, transformando-os em Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Na sequência foi publicada a Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016 que definiu a nova estrutura do Órgão, bem como criou a Divisão de Informação de Custos, subordinada à Coordenação de Contabilidade, da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, da Diretoria de Administração, da Secretaria Executiva, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.



Também no final de 2016, ocorreu a promulgação da Emenda do teto dos gastos públicos, a PEC 55/2016, limitando de forma drástica os gastos públicos por duas décadas, sendo o primeiro ano de vigência 2017, surgindo assim, um grave cenário de restrição orçamentária, motivo pelo qual não foi possível dar início ao processo de divulgação acerca da sistemática de custos junto às Unidades de Pesquisa e Órgãos Vinculados a este Ministério.

Conscientes da importância da apuração, avaliação e divulgação dos custos dos projetos e atividades do órgão, uma das metas estabelecidas para a Divisão de Informação de Custos foi a de desenvolver um Projeto de implementação de apuração de custos no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, a ser inicialmente implementado a partir de 2018.

No que se refere aos relatórios utilizados para análise de custos e tomada de decisão, a Divisão de Informação de Custos extraiu durante o exercício relatórios relativos custos por programa, por objetivo, por ação, por natureza da despesa e outros, destacando como principais os relatórios anuais apresentados para subsidiar a Prestação de Contas do Presidente da República – PCPR.

Cabe mencionar que a Gerência de Informação de Custos – GEINC, da Subsecretaria de Contabilidade Pública, da Secretaria do Tesouro Nacional trabalhou na reformulação do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal, ora disponibilizado aos usuários no final de 2017.

O Portal de Custos tem como propósito contribuir para a mensuração, controle e avaliação de custos na Administração Pública Federal.

Objetiva, assim, fomentar nos órgãos, a gestão de custos, sendo um instrumento especialmente indicado para aqueles que ainda não desenvolveram seus próprios modelos, podendo servir como um ponto de partida para que elaborem, posteriormente, seus modelos personalizados para atendimento às suas especificidades e necessidades.

Sendo assim, até que este Ministério defina as necessidades da Administração Central, Unidades de Pesquisa e Órgãos Vinculados o sistema a ser utilizado para a extração dos relatórios de custos será o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal.

Brasília, DF., 26 de janeiro de 2018.



Eliana Yukiko Takenaka
CRC/DF – 006666/O-1

ANEXO II

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	4.787.644,23	5.432.948,23
Ordinárias	-	-	Ordinárias	2.007.095,57	5.432.948,23
Vinculadas	-	-	Vinculadas	2.780.548,66	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Operação de Crédito	2.780.548,66	-
Transferências Financeiras Recebidas	5.149.416,00	5.240.299,04	Transferências Financeiras Concedidas	4.062,52	2.172,25
Resultantes da Execução Orçamentária	4.064.706,00	4.173.125,52	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	4.064.706,00	4.173.125,52	Independentes da Execução Orçamentária	4.062,52	2.172,25
Independentes da Execução Orçamentária	1.084.710,00	1.067.173,52	Movimento de Saldos Patrimoniais	4.062,52	2.172,25
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.084.710,00	1.067.173,52	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	541.117,69	2.780.327,63	Despesas Extraorçamentárias	2.442.526,88	1.941.199,80
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	666,00	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	666,00	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	537.055,17	2.772.989,38	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.441.860,88	1.941.199,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	4.062,52	6.672,25	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	4.062,52	6.672,25			
Saldo do Exercício Anterior	1.646.503,08	1.002.196,69	Saldo para o Exercício Seguinte	102.803,14	1.646.503,08
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.646.503,08	1.002.196,69	Caixa e Equivalentes de Caixa	102.803,14	1.646.503,08
TOTAL	7.337.036,77	9.022.823,36	TOTAL	7.337.036,77	9.022.823,36



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO

ORGAO SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO

ORGAO SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	4.787.644,23	4.787.644,23
TOTAL	-	-	4.787.644,23	4.787.644,23
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPEAS CORRENTES	-	-	3.373.029,50	2.924.420,63	2.924.420,63	-3.373.029,50
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	3.373.029,50	2.924.420,63	2.924.420,63	-3.373.029,50
DESPEAS DE CAPITAL	-	-	1.414.614,73	1.326.168,43	1.326.168,43	-1.414.614,73
Investimentos	-	-	1.414.614,73	1.326.168,43	1.326.168,43	-1.414.614,73
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPEAS	-	-	4.787.644,23	4.250.589,06	4.250.589,06	-4.787.644,23
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO

ORGAO SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	4.787.644,23	4.250.589,06	4.250.589,06	-4.787.644,23
TOTAL	-	-	4.787.644,23	4.250.589,06	4.250.589,06	-4.787.644,23

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	10.170,77	339.705,23	220.139,32	220.139,32	129.296,66	440,02
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	10.170,77	339.705,23	220.139,32	220.139,32	129.296,66	440,02
DESPESAS DE CAPITAL	-	2.433.284,15	2.221.721,56	2.221.721,56	194.000,00	17.562,59
Investimentos	-	2.433.284,15	2.221.721,56	2.221.721,56	194.000,00	17.562,59
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	10.170,77	2.772.989,38	2.441.860,88	2.441.860,88	323.296,66	18.002,61

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	666,00	666,00	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	666,00	666,00	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	666,00	666,00	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	21.614.694,25	20.195.521,22	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.614.694,25	20.195.521,22

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	102.803,14	1.646.503,08	PASSIVO FINANCEIRO	555.057,78	2.783.826,15
ATIVO PERMANENTE	21.511.891,11	18.549.018,14	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	21.059.636,47	17.411.695,07

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.296.128,20	2.045.649,15
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	2.296.128,20	2.045.649,15
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	2.296.128,20	2.045.649,15
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	2.296.128,20	2.045.649,15

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-267.287,99
Recursos Vinculados	-184.966,65
Operação de Crédito	-189.466,66
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	4.500,01
TOTAL	-452.254,64



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,,INOV.E COMUNICACOES
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.004.190,05	2.506.981,09
INGRESSOS	5.153.478,52	5.246.971,29
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	5.153.478,52	5.246.971,29
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	5.149.416,00	5.240.299,04
Arrecadação de Outra Unidade	4.062,52	6.672,25
DESEMBOLSOS	-3.149.288,47	-2.739.990,20
Pessoal e Demais Despesas	-3.117.079,86	-2.706.605,92
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-2.506.980,80	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-610.099,06	-2.706.605,92
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO

ORGAO SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-28.146,09	-31.212,03
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-28.146,09	-31.212,03
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-4.062,52	-2.172,25
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-4.062,52	-2.172,25
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.547.889,99	-1.862.674,70
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-3.547.889,99	-1.862.674,70
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3.547.889,99	-1.862.674,70
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-1.543.699,94	644.306,39



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/02/2018 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.646.503,08	1.002.196,69
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	102.803,14	1.646.503,08



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
----------------	---

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.153.478,52	5.257.971,29
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	4.500,00
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	4.500,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	5.149.416,00	5.251.299,04
Transferências Intragovernamentais	5.149.416,00	5.251.299,04
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.062,52	2.172,25
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
----------------	---

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	4.062,52	2.172,25
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.733.639,49	3.304.434,61
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.684.977,96	3.255.089,27
Uso de Material de Consumo	288.088,37	327.601,13
Serviços	2.790.415,78	2.375.795,99
Depreciação, Amortização e Exaustão	606.473,81	551.692,15
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	85,12
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	85,12
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	4.062,52	2.172,25
Transferências Intragovernamentais	4.062,52	2.172,25
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	2.172,25
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	2.172,25



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	240114 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	40.417,98	42.018,88
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.491,38	14.008,48
Contribuições	26.926,60	28.010,40
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.181,03	2.896,84
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	4.181,03	2.896,84
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.419.839,03	1.953.536,68

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016